



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO FREI
OTHMAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



Santarém/Pará
2012



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO FREI
OTHMAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto apresentado para comunidade e comunidade escolar constituindo-se dos princípios norteadores filosóficos-políticos das ações organizadas para o triênio 2012-2014 da E.E.E.F.M. Frei Othmar.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO FREI
OTHMAR**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

[...] a aprendizagem se dá a partir do momento da síntese, isto é, quando o aluno supera sua visão parcial e confusa e adquire uma visão mais clara e unificadora. (LIBÂNEO, 2002, p42).

IDENTIFICAÇÃO

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Othmar

RECONHECIMENTOS DE CURSOS:

Ensino Fundamental (5ª a 8ª Séries / 6º ao 9º Ano): Resolução nº 396/90-CEE/PA, 27/09/1990;

Ensino Fundamental (EJA 3ª e 4ª Etapas): Resolução nº 117/96-CEE/PA 07/03/1996;

Ensino Médio: Resolução nº 025/05-CEE/PA, de 10/02/2005.

CÓDIGO MEC 15011585.

ENDERÇO:

Tv. Professor José Agostinho, s/n – Fone: (93) 3523-2246 – Bairro do Santíssimo.
CEP.: 68010-230 – Santarém/Pará.

GESTÃO:

Diretora: Rosilda Perpétua Lima de Andrade

Equipe Técnica: Ana Greici Sena Galúcio, Célia Santos, Alzilene Carvalho, Maria Hérica Cordeiro.

Conselho Escolar: Fernando de Pina Carvalho, Gicele Monteiro dos Santos, Ana Maria Ximenes Aguiar, Gessy da Cunha Passos, Helton Luiz Andrade Godinho, Mariane Nunes Oliveira, Cludionora da Silva, Débora Ferreira Miranda, Antônia Alves de Sousa, Rayra Letícia da Cunha Passos.

SUMARIO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

2.1 MISSÃO

2.2 VISÃO

2.3 OBJETIVOS, METAS E AÇÕES

3. JUSTIFICATIVA

4. FUNDAMENTOS:

4.1 FUNDAMENTOS POLÍTICOS

4.2 FUNDAMENTOS ÉTICOS

4.2.1 PRINCÍPIOS ÉTICOS

4.2. FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

5. PRESSUPOSTO METODOLÓGICO

6. PRESSUPOSTO DE AVALIAÇÃO

7. PROPOSTA CURRICULAR

8. PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

9. PROPOSTA DE AÇÕES COM A COMUNIDADE

10. CRONOGRAMA E OU PLANO DE AÇÃO

REFERÊNCIAS

ANEXOS e APÊNDICES

1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

1.1 Histórico

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio FREI OTHMAR, foi fundada em 04 de outubro de 1959 por iniciativa do Frei franciscano Othmar Rollman, com o objetivo de ajudar na formação educacional das crianças do bairro, como uma instituição vinculada à Igreja Católica, tendo os professores pagos pela Prefeitura Municipal de Santarém.

Começou a funcionar no barracão que servia de capela, associada à escola São Francisco e chamava-se Escola do Santíssimo Sacramento. A escola começou com 135 alunos e 4 professoras, e tendo como responsável pela direção a professora Maria Nilce Rocha Quintino. No ano de 1960, com a colaboração dos padres seculares e da administração municipal e sendo como prefeito o Capitão Almano de Moura Melo, foi construído prédio em alvenaria com 3 salas de aula.

Em 1968, a Prefeitura assumiu totalmente os gastos com sua manutenção, por isso, passou a ser chamada Escola Municipal do Santíssimo Sacramento. Com o crescimento populacional do bairro e a demanda por vagas, a prefeitura reestruturou o prédio em alvenaria que em 24 de outubro de 1969 foi inaugurado e recebeu o nome de Escola Municipal Frei Othmar, tendo a professora Benedita Pereira Brasil como diretora. Em 1972, assumiu como diretora a sr^a Raimunda da Cunha Siqueira, a escola já contava com 15 professores, 580 alunos e 4 serventes, sendo que duas turmas funcionavam em uma casa ao lado do prédio que foi doado pela prefeitura. No ano de 1973, foi criado o Curso Supletivo. A escola já não comportando o número de alunos, em 1975, ganhou da comunidade e com apoio da Prefeitura um barracão para acomodar os alunos que não conseguiam vagas. Em 1980 a comunidade reivindicou junto ao governo do estado um prédio maior e em 21 de março de 1981 foram entregues à comunidade 2 blocos em alvenaria com 16 salas de aulas, um pavilhão com a parte administrativa. O prédio foi inaugurado em janeiro de 1982 pelo governador Alacid da Silva Nunes. No ano de 1990, assume a direção da escola a professora Darlete Coelho Pimentel. Nos anos de 1995 e 1996, a escola passou por uma reforma, a única desde a sua inauguração; Almir José da Oliveira Gabriel era o governador do Estado. No decorrer dos anos sua estrutura física

permaneceu quase inalterada, recebendo somente alguns reparos e tendo algumas de suas dependências adaptadas.

No dia 30 de setembro de 1996, aconteceu a primeira eleição para a escolha dos membros do Conselho Escolar. Em 2001 assume a Direção o professor José Daniel Farias Torres. Durante sua gestão foi adquirido a sala de vídeo (multimídia) e a biblioteca e foi um incansável reivindicando o laboratório de informática. No ano de 2007, Darlene Andrade de Sousa assume a Direção da Escola, permanecendo no cargo até janeiro de 2010. Na sua gestão, houve o fortalecimento do Conselho Escolar, a revitalização da sala multimídia, da biblioteca, da cozinha, da cantina, reforma do bebedouro, a construção do laboratório de informática. No seu período como diretora, Darlene também se empenhou na reestruturação da banda marcial, que passou a ter como responsável a professora Andréa Lemos, a qual logrou conquistar vários títulos. No final de 2009, houve a primeira eleição para gestão escolar, sendo eleito o Técnico em Educação Sandro Jorge Massaranduba e Silva.

No concurso de Bandas e Fanfarras de Santarém, a escola foi campeã duas vezes consecutivas, em 2010 e 2011, na categoria Fanfarra Simples. Em abril de 2010 vai ao ar o Site da Escola, através do projeto “Escola na Web”.

Dentre as muitas lutas por melhorias estruturais, destaca-se o fato ocorrido durante a greve do ano de 2009, quando o Sindicato dos Professores - SINTEPP, denunciou junto ao Ministério Público as péssimas condições em que se encontravam as escolas estaduais, sendo aceita a denúncia a juíza Betânia de Figueiredo Pessoa, em meados de 2010, ajuizou o bloqueio de parte das verbas destinadas a propagandas do governo de Ana Júlia Carepa para que fossem empregadas em reforma de sete escolas da cidade de Santarém. E dentre as escolas, Frei Othmar foi contemplada, tendo sua reforma iniciada em julho de 2010, apenas com a troca do telhado e novas instalações elétricas. Em setembro de 2010, a Construtora Lima Vieira foi autorizada a iniciar uma segunda reforma que contemplaria outros serviços como: pintura, instalação de grades, novos banheiros, refeitório e muito mais. No entanto, com a transição de governo, agora para o mandato de Simão Jatene, tudo foi paralisado, resultando no prejuízo do ano letivo de 2011, por isso o Conselho Escolar, numa reunião extraordinária, para que os alunos da escola não ficassem prejudicados decidiu entrar com uma denúncia junto

ao Ministério Público Estadual para que este investigasse e analisasse o caso e também paralelo à ação impetrada no Ministério Público, o Conselho iria garantir o início das aulas em 2011 através de recursos próprios somados aos do PDDE para estruturar as salas inacabadas com instalação elétrica e de ventiladores para abrigar parte das turmas, além de realizar uma boa faxina, para remover os entulhos deixados pela Construtora.

Através destes relatos históricos percebe-se o conflito ideológico-político quanto à oferta de condições mínimas para uma educação de qualidade. No entanto, os profissionais da educação da Escola Frei Othmar demonstraram, durante este percurso conturbado da história escolar, espírito de luta, pois a partir deste contexto articulou-se a ideia de criação da instituição representativa dos estudantes para fortalecer a Escola quanto sua necessidade e demandas, por isso em 27 de abril de 2011 em reunião com os representantes de turmas, técnicas, professores e Conselho Escolar foi socializado a divulgação da ideia de formação do Grêmio Escolar e em 17 de junho de 2011, acontece assembleia estudantil para a criação do Grêmio com leitura e aprovação do Estatuto da Entidade. Em 28 de junho de 2012, foram conhecidos os eleitos a compor a primeira diretoria do Grêmio Estudantil, os eleitos foram: Presidente: André Marinho Silva; Vice-presidente: Wesley Almeida do Nascimento dos Santos; Tesoureiro: Manoel Lima Coelho; Vice-tesoureiro: Renatta Emanuelle Wonghon da Silva; Secretário: Rayra Letícia Dias e Vice-secretário: Huélen Ynae Leite Coelho.

Percebe-se com isso o compromisso da Escola em fortalecer o processo democrático. Para a concretização deste ideal e em consonância com a inclusão digital idealizada pelo Projeto Web na Escola, foi realizado em 16 de março de 2012, pela primeira vez com organização total do pleito eleitoral informatizado, incluindo cadastro de eleitores e o uso de urnas informatizadas, foi eleita pela Comunidade e Comunidade Escolar a Técnica em Educação, Rosilda Perpétua Lima de Andrade, pelo qual após 1 (uma) hora após o pleito, já estavam os votos contabilizados e anunciada o resultado eleitoral.

Portanto, através do breve relato da história da Escola Frei Othmar, é possível perceber a existência de grandes conquistas e desafios necessários para a concretização de ideal educacional, os quais foram e têm sido fortalecidos pelas

contribuições dos profissionais que durante estes 53 anos têm atuado nesta Instituição Educacional.

1.2 Caracterização

A escola está localizada no bairro do Santíssimo, porém atende uma clientela de toda a grande Prainha e de outros bairros de Santarém. Por oferecer ensino desde o 6º ano do Ensino Fundamental (antiga 5ª série) até o 3º ano do Ensino Médio, e também por ofertar turmas de 1ª e 2ª EJA do Ensino Médio, possui uma clientela diversificada e que exige, portanto, metodologias diversificadas.

A relação da comunidade com a escola não é de envolvimento, pois o desafio é grande para envolver pais ou responsáveis e membros de entidades comunitárias no andamento das atividades escolares.

Quanto à estrutura física são inúmeras as necessidades, especialmente após a reforma inacabada e abandonada pelo poder público, a qual está descrita no histórico deste PPP. A escola, atualmente, está funcionando com doze salas de aula, pelo menos seis delas improvisadas para funcionar, o laboratório de informática e a biblioteca, após mais de um ano e meio desativados, por conta da má reforma, hoje funcionam em salas improvisadas e adaptadas para tais recursos. A prática de educação física é feita numa quadra alugada, pois anteriormente as aulas de esporte eram praticadas na Praça da Igreja do Santíssimo estando os alunos vulneráveis às intempéries das condições climáticas.

Atualmente, a instituição é composta por 54 funcionários, dentre os quais: 1(uma) diretora, 1(um) secretário 36 professores, 4(quatro) coordenadoras pedagógicas, 3(três) vigias, 4(quatro) agentes administrativos, 2(duas) serventes, 3(três) merendeiras e 831 alunos distribuídos nos três turnos; e mais de 400 alunos frequentando o anexo na comunidade do Curuai. Os níveis e modalidades de ensino ministrado são: Ensino Fundamental Regular de 5ª a 8ª séries, Ensino Médio Regular e EJA Médio.

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Em 2012, nos meses de janeiro e fevereiro, durante a gestão do sr. Sandro Massaranduba, a escola se reuniu em várias assembleias, com representantes de todas as categorias para a reelaboração deste Projeto Político Pedagógico, sendo sua conclusão em novembro de 2012 na gestão da sra. Rosilda Andrade.

Acredita-se que o Projeto Político Pedagógico constitui-se no referencial para a construção de uma proposta de ação dentro do espaço escolar.

Como proposta, ela tem embasamento legal nas orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9394/96. Assim, a proposta pedagógica deverá fundamentar-se no que tange o Título IV, do Art. 12, que versa sobre os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

No Art. 13, os docentes incumbir-se ao de participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino.

Art. 14 Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades: escolar e local em conselhos ou equivalentes.

Percebe-se com esta descrição que a proposta pedagógica tem amparo legal para ser construída no espaço escolar e esta construção apresenta-se de forma participativa. Por isso sua construção a princípio é provida de uma concepção legal, aliada também ao princípio filosófico, porque ambas tem o princípio da participação e da gestão democrática.

Considerando o aspecto filosófico, a elaboração do PPP deverá ser participativa, pois culminará em uma síntese daquilo que a escola se propõe a vir-a-ser, e, como documento final, o PPP não destoará da maneira como foi seu processo de construção, ou seja, se foi participativo ou se foi pensado por um grupo para ser executado.

Desta forma, como foi descrito no início deste texto, o PPP da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Othmar é um instrumento fruto de uma construção coletiva que após anos de ensaios aconteceu no início do ano de 2012 através de vários encontros com toda a comunidade e comunidade escolar. Por isso, é imprescindível que todos os agentes da escola Frei Othmar – professores, gestores, técnicos, pessoal de secretaria, serventes, vigias, alunos, pais e membros da comunidade – se interessem do conteúdo deste documento, a fim de que o PPP cumpra integralmente seu papel de norteador, fiscalizador e acima de tudo instrumento pedagógico.

2.1 MISSÃO:

A E.E.E.F.M. Frei Othmar propõe-se a desenvolver atividades educacionais, com base na tendência pedagógica Crítico-Social dos Conteúdos, em articulação com os aspectos sócio-político-culturais, dentro de uma perspectiva cidadã, possibilitando ao educando tornar-se sujeito do processo social.

2.2 VISÃO

Propiciar o ensino e a aprendizagem de qualidade, buscando cada vez mais um nível de excelência na sociedade santarena.

2.3 OBJETIVOS, METAS E AÇÕES

2.3.1 Geral:

Garantir educação de qualidade que promova o processo ensino-aprendizagem de acordo com a tendência filosófico-pedagógica da escola, proporcionando o acesso e a permanência do aluno na escola e seu progresso nos estudos e na vida.

Objetivos	Metas	Ações
1. Garantir atendimento e atenção condignos, pautados nos princípios éticos, em todos os setores da Unidade Escolar.	Realizar semestralmente formação continuada para todos os seguimentos da escola.	Curso de relações humanas e Atendimento ao Público; Curso de Informática e demais Tecnologias da Informação.
2. Promover o zelo e o respeito pelo ambiente escolar.	Manter o ambiente escolar 100% limpo e organizado.	Executar o projeto Escola Limpa. Distribuir, acompanhar e promover a manutenção das atividades diárias de limpeza.
3. Garantir metodologias eficientes e diversificadas que promovam o processo ensino-aprendizagem de acordo com a tendência filosófico-pedagógica da escola, proporcionando a permanência do aluno e seu progresso na vida e nos estudos.	Promover cursos de formação continuada sobre metodologias ativas para 100% dos professores.	Oficinas de Libras e Braille; Oficinas de Metodologia e avaliação do aprendizado; Promover projetos interdisciplinares semestralmente. Curso de multimídia. Curso de metodologias específicas. Aquisição de material didático diversificado. Inclusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).
4. Viabilizar infraestrutura adequada que garanta acessibilidade a todos.	Lutar pela execução de 100% do projeto de construção da Escola Nova. Equipar todas as salas de aula com o mínimo necessário ao processo de ensino-aprendizagem (carteiras, mesa e	Acompanhar através do Conselho Escolar e Gestão a execução do projeto de construção da Escola Nova. Formar uma comissão de fiscalização da obra. Adquirir recursos didáticos-pedagógicos;

	cadeira para professor, quadro magnético, mural de avisos, centrais de ar condicionado e iluminação adequada, recursos didáticos-pedagógicos).	
5. Possibilitar a participação de todos na construção do PPP, do Regimento Interno Disciplinar e do planejamento anual.	Reestruturar o PPP e o Regimento Interno até março de 2012.	Realizar encontros de elaboração dos documentos.
6. Promover a ampla divulgação, execução e avaliação do PPP e do Regimento Interno.	Socialização do PPP e do Regimento Interno com pelo menos 55% da comunidade escolar.	Seminário de estudo do PPP; Leitura do Regimento Interno em sala de aula na primeira semana; Publicação dos documentos em diversos meios (Site da Escola, Blogs, biblioteca, sala da Direção, sala dos professores); Distribuição do Regimento Interno aos pais e/ou responsáveis no ato da matrícula; Realizar avaliação e capacitação metodológica aos docentes.
7. Estabelecer critérios de avaliação claros, objetivos e precisos para todas as instâncias do educandário.	Cumprir o estabelecido no item 6.	Divulgar, socializar e acompanhar os critérios de avaliação escolar e institucional estabelecidos no PPP.
8. Promover encontros e reuniões, predeterminadas no calendário letivo, com todos os agentes da Unidade Escolar.	Avaliar bimestralmente o rendimento das atividades propostas pela Escola.	Realizar quatro reuniões administrativo-pedagógica e quatro Conselho de Classe por ano.
9. Valorizar o empenho e o esforço dos mais diversos agentes da Unidade Escolar.	Divulgar 100% os méritos dos profissionais e alunos realizados durante as atividades escolares	Promover concursos nas diversas áreas do conhecimento (redação, produção artística, feira científica/cultural, jogos internos e externos, Jovens Talentos, Jornada Literária); Comemorar as datas relativas ao dia de cada função da comunidade escolar; Premiar bimestralmente a turma com melhor

		<p>rendimento em cada turno; Comemorar semestralmente a data dos servidores aniversariantes; Destacar na confraternização anual os servidores com melhor desempenho; Premiar os melhores projetos da feira científico-cultural; Divulgar os nomes dos alunos aprovados em vestibulares. Promover anualmente o cerimonial de conclusão do Ensino Médio.</p>
10. Melhorar a participação da família e da comunidade na escola.	<p>Elevar para 70% a participação dos pais e/ou responsáveis nas atividades propostas pela escola.</p>	<p>Realizar quatro reuniões anuais com pais e/ou responsáveis. Nas reuniões, ter um convidado para prestar esclarecimento sobre as problemáticas sociais; As reuniões com pais e/ou responsáveis acontecerão das 18h às 19h30m; As reuniões serão objetivas, porém agradáveis (coquetel); Em cada reunião, o pai e/ou responsável recebe um ticket presença para concorrer a um brinde no natal. Prestação de serviços da comunidade e na comunidade através de projetos sociais.</p>
11. Elevar os índices de avaliação educacional internos e externos.	<p>Elevar o IDEB de 3,6 (2009) para 4,2 (2013); Aumentar a média do ENEM para 550 em 2012; Elevar em 5% todos os índices de aprovação em todas as séries;</p>	<p>Realizar coleta e análise de indicadores educacionais para melhoria dos índices de rendimento; Contemplar nos planos de curso de cada disciplina as competências e habilidades que o IDEB e o ENEM exigem; Adequar a forma de avaliação aplicada em sala de</p>

		<p>aula de acordo com os moldes do IDEB e do ENEM; Efetivar o PROASE semestralmente; Promover oficinas de leitura e produção textual; Realizar oficinas de matemática aplicada ao cotidiano.</p>
<p>12 Criar projetos sociais que envolvam a comunidade em geral levando em consideração as necessidades de integração entre escola e comunidade</p>	<p>Envidar esforços para maior integração entre escola e comunidade através de projetos sociais até 2014. Garantir bimestralmente a aplicabilidade de projetos verificando espaço, tempo, período, investimentos e avaliação até 2014; Promover encontros mensais para melhorar a interação escola e família;</p>	<p>Elaborar e executar os seguintes projetos</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI; • “Inclusão Digital” – WEB na Escola; • Programa Mais Educação; • Relações Interpessoais; <p>Realizar encontros mensais de caráter informativo das atividades realizadas pela escola.</p>

4. FUNDAMENTOS

4.1 Fundamentos Políticos

O PPP faz parte de todo um processo de gestão democrática, por isso a exigência da participação de todos no seu processo de elaboração. As bases legais para a criação e vivência do PPP dentro desta proposta se encontram em várias leis, a começar pela Constituição Federal de 1988 que, no artigo 206, apresenta a gestão democrática da escola como um dos princípios constitucionais pelo qual através de Mello (2004) destaca-se:

A Constituição de 1988 estabelece o regime de colaboração entre estados e municípios, a participação de professores, alunos e comunidade na vida escolar e certa autonomia pedagógica da escola.

A LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394/96 - é outra lei importante que destaca esta importância da gestão democrática. Estudiosos destacam que a LDBEN/96 trouxe mudança de paradigma para a educação brasileira, pois o foco deixa de ser o ensino e passa a ser a aprendizagem. Mello (2004) assim comenta a LDBEN/96:

A LDBEN/96 dá às escolas liberdade e responsabilidade para elaborar a sua proposta pedagógica, incluindo currículo e organização escolar, e aos docentes a incumbência de zelar pela aprendizagem de seus alunos.

Através dos textos das leis acima citados, encontra-se a base legal do processo da gestão democrática, no entanto, destaca-se que tais textos são atribuições legislativas que embasam a existência e a construção do Projeto Político Pedagógico, porém sua elaboração não se constitui apenas com a determinação legal, porque o PPP deve ser o resultado da ação política da comunidade escolar, desta forma deve acontecer com a participação de todos os profissionais da escola, segundo os artigos 12, 13 e 14 da LDBEN/96.

Outro documento legal que serve de base para a construção do PPP é o PNE, lei nº 10172/2001 – Plano Nacional de Educação – que é refeito de 10 em 10 anos. Neste último PNE destaca-se:

a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais

da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares e equivalentes.

Das bases legais do Estado do Pará para a constituição do PPP destaca-se o Regimento Escolar das Escolas Públicas de Educação Básica, formulado em 2005 pelo Conselho Estadual de Educação. Os artigos 71,72,73 e 75 tratam sobre o assunto reforçam o que diz a LDBEN 9394/96. Resumidamente estes artigos afirmam que o PPP deve ser construído coletivamente, nele estão os objetivos, metas, missão, visão da escola; é um instrumento norteador e que deve ser avaliado constantemente.

Portanto destes fundamentos políticos destaca-se as bases legais para existência do PPP, mas ressalta-se que elas não se esgotam em si, pois quem poderá dar forma para estas bases legais e ação política do homem.

4.2 Fundamentos Éticos

Aliados aos fundamentos políticos que fazem com que ação humana se estabeleça com bases legais, encontra-se também os fundamentos éticos. A concepção ética refere-se aos costumes aceitos como corretos e válidos pela sociedade. Neste quesito encontram-se as virtudes e os valores que dão bases para a sua aceitação e estabelecem princípios que devem ser seguidos para que a felicidade ou a realização humana aconteça. Guiados por este contexto conceitual a Escola Frei Othmar estabelece valores e princípios que guiarão as ações dos agentes da escola:

1 Princípios éticos:

- Respeito mútuo;
- Delicadeza, gentileza;
- Zelo pelo ambiente escolar;
- Dedicção;
- Compromisso;
- Assiduidade;
- Responsabilidade;
- Humildade;

- Respeito ou tolerância às diferenças;
- Visão horizontal nos relacionamentos;
- Diálogo;
- Compreensão;
- Resiliência, compaixão;
- Visão e trabalho coletivo.
- Autonomia;
- Solidariedade;
- Respeito ao bem comum;

2.Princípios políticos:

- direitos e deveres da cidadania;
- exercício da criticidade;
- respeito à democrática.

3.Princípios estéticos:

- sensibilidade;
- criatividade;
- ludicidade;
- qualidade e diversidade de manifestações artísticas e culturais.

4.3. Fundamentos Epistemológicos

Segundo Veiga (in ULBRA, 200), o Projeto Político Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo na primeira dimensão a sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade, e na segunda dimensão (que é sala de aula) o PPP deve ser considerado na organização dos planos de aula.

Veiga ainda diz que a autonomia da escola é uma questão importante para o delineamento de sua identidade, e esta autonomia se constrói a partir do

PPP. Por isso, afirma Veiga (2007, p.15), a luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade (...) sendo uma oportunidade ímpar de a comunidade definir em conjunto a escola que deseja construir.

Vasconcelos, apoiado nos estudos de Danilo Gandin, apresenta as três partes que, articuladas, compõem o PPP:

- 1) Marco referencial: o que queremos alcançar? – é a busca de um posicionamento político; visão de ideal de sociedade e de ser humano. Pedagógico – definição sobre as características que deve ter a instituição que planeja;
- 2) Diagnóstico: o que nos falta para ser o que desejamos? – é a busca das necessidades, a partir da análise da realidade e/ou do juízo sobre a realidade da instituição (comparação com aquilo que desejamos que seja).
- 3) Programação: o que faremos concretamente para suprir tal falta? – é a proposta de ação. O que é necessário e possível para diminuir a distância entre o que vem sendo a instituição e o que deveria ser.

Cordeiro (2000 in ULBRA) relata sobre a importância de se avaliar constantemente o PPP:

O PPP requer um contínuo processo avaliativo para que se possa identificar lacunas, reencaminhamentos, verificar se está sendo desenvolvido a partir do que foi elaborado/pensado inicialmente e se vem atendendo aos objetivos a que se propôs. (200, p.95).

Conclui-se com isso a necessidade constante de avaliação das ações previstas dentro do PPP, pois sem avaliar não há como fazer retomada e redirecionamento das ações.

5. PRESSUPOSTO METODOLÓGICO

O embasamento teórico que apoiará os pressupostos metodológicos e pedagógicos da escola Frei Othmar fundamenta-se na **Tendência Progressista Crítico Social dos Conteúdos**, pois se considera dentro desta

tendência que o conteúdo seja trabalhado de forma articulada com a realidade do contexto social.

A tendência Progressista Crítico Social dos Conteúdos se fundamenta nos estudos de Carlos Libâneo e Damerval Saviane. Tem como característica principal, de acordo com os autores, a difusão dos conteúdos. Os conteúdos por sua vez não devem ser abstratos, porém vivos, concretos, indissociáveis das realidades sociais. Dessa forma,

São os conteúdos culturais universais que se constituíram em domínios de conhecimento relativamente autônomos, incorporados pela humanidade, mas permanentemente reavaliados face às realidades sociais (LIBÂNEO, 2002, p39).

De acordo com Cordeiro (in ULBRA, 2007, p.46) a atividade didático-pedagógica relaciona a experiência vivida dos alunos com os conteúdos desenvolvidos pela escola e os professores. Assim, ressalta Libâneo:

[...] a aprendizagem se dá a partir do momento da síntese, isto é, quando o aluno supera sua visão parcial e confusa e adquire uma visão mais clara e unificadora. (LIBÂNEO, 2002, p42).

Conforme Cordeiro (in ULBRA, 2007, p.45), esta tendência se caracteriza como Progressista Libertária, pois parte do princípio de que deve haver a autogestão pedagógica, exercendo a função de resistir à burocracia como instrumento de ação dominadora do ESTADO.

Neste sentido, as metodologias deverão articular o saber do aluno com o saber sistematizado através de pesquisas, relatos de experiências, júri simulado, atividades de campo, tendo como marco de aprendizagem o uso prático do conhecimento.

Os princípios teóricos que nortearão a aprendizagem e a ensinagem dentro do contexto da Escola Frei Othmar se sustentarão na relação professor-aluno, sendo estes, respectivamente, mediador e participador na construção do conhecimento prático através das metodologias ativas.

6. PRESSUPOSTO DE AVALIAÇÃO

Avaliar é tarefa inerente ao ser humano e é expressa de múltiplas formas no cotidiano: a opinião das pessoas acerca das outras, de objetos, de situações, ou de fatos, expressam, em geral, um caráter avaliativo impregnado dos conceitos, preconceitos e valores que se tem acerca do homem, da sociedade, do trabalho e do mundo. Em educação, o termo avaliação assume igualmente, diferentes significados, dependente das idiosincrasias, maneira de ver e de quem os emite. A avaliação é também uma prática muito difundida no sistema escolar em qualquer nível de ensino e em qualquer de suas modalidades ou especialidades.

Foi introduzido na escola, desde seus primórdios, recebendo nesta, um tratamento específico e função determinada, no contexto curricular: reprovar ou aprovar alunos. Por isso, a identificação imediata da avaliação com o uso do poder e do medo. Não obstante, a avaliação deve ser um indicador de eficiência, onde o foco deverá ser a aprendizagem. A aprovação ou reprovação será consequência. Como afirma Sacristán e Gómez (2000, p, 298): “as formas de conceber e praticar a avaliação têm a ver com: a evolução das funções que a instituição educativa cumpre na sociedade e no mercado de trabalho.”

Entende-se que historicamente a avaliação adotada pelo sistema educativo tem a finalidade de controlar o aluno, principalmente na relação com o professor e com os outros alunos, criando assim uma consciência coletiva de subserviência.

Logo, a ação pedagógica da avaliação escolar deve fundamentalmente estar em consonância ao seu regimento e a sua proposta pedagógica, onde são definidos os instrumentos avaliativos, como: testes, pesquisas, ditados e etc.

Neste contexto, a escola deve desenvolver a avaliação numa abordagem dialética que une as questões quantitativas e qualitativas. Ou seja, tanto as questões metafísicas (cuja avaliação está centrada no professor), quanto as fenomenológicas (processo avaliativo tendo como centro o aluno) de maneira interdisciplinar.

Não se trata de regras fixas. Elas devem estar em constante revisão. No meio do caminho é inevitável recordar ou mesmo reformular os acordos. Contratos pedagógicos são, em suma, formas sutis de ritualização da sala de aula. São estratégias de consagração dos diferentes papéis de professor, aluno, pais ou responsáveis, esses protagonistas do mundo de ideias e seus encantamentos, que ainda, poucos conhecem.

Alguns conceitos merecem destaque para compreender o paradigma de uma avaliação e do ato de avaliar, como afirma Sant'Anna:

Avaliação é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processa, seja este teórico (mental) ou prático (SANT'ANNA, 1999, p. 31-32).

A partir de uma tendência progressista crítico-social dos conteúdos, o processo avaliativo realizar-se-á com base em pressupostos teóricos que priorizarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos de acordo com LDB 9394/96. Segundo Luciana Peixoto Cordeiro (in ULBRA, 2008, p159):

Numa perspectiva contemporânea, a avaliação deve assumir uma outra função: abandonar o paradigma de avaliação como medição e como classificação e assumir a avaliação do ponto de vista de diagnóstico e decisão.

A avaliação em todo seu contexto passa por denominações diferenciadas, mas o sentido, a finalidade são os mesmos. Podemos afirmar que é uma questão de nomenclatura, visto que: avaliação escolar, avaliação do processo de ensino aprendizagem, avaliação do rendimento escolar ou avaliação do desempenho do estudante, tem como objetivo verificar o desempenho do aluno e, por conseguinte do professor e toda situação do ensinar e aprender da escola. Bloon, apud Sant'Ana (1999, p.34) classifica a avaliação em três modalidades: diagnóstica, formativa e somativa.

a) Diagnóstica: conhecer o aluno. Tem como objetivo subsidiar informação que permita ao professor conhecer o seu aluno. É importante e necessário para saber quem é esse aluno, o que ele sabe, quais são seus gostos, seus hábitos, suas preferências. Essa avaliação visa também determinar a presença ou

ausência de conhecimentos e habilidades, permite perceber as causas de algumas dificuldades de aprendizagem.

No dizer de Danilo Gandin, considera-se este conceito de diagnóstico essencialmente pedagógico.

O diagnóstico é um juízo sobre a realidade (sobre a prática) à luz dos critérios que, por natureza, dizem como deve ser esta realidade ou à luz de critérios estabelecidos pela escolha de um referencial, realizada por uma pessoa ou por um grupo. O diagnóstico é, assim, uma comparação entre a realidade (prática) e o seu referencial, para ver até que ponto esta realidade (prática) está de acordo com o referencial (GANDIN 2000, p. 20).

O diagnóstico se processa por uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento do aluno, sendo uma oportunidade para verificar o que aprendeu e como aprendeu. A partir dos resultados da avaliação diagnóstica, alunos e professores devem rever seus planos de atividades.

b) **Formativa:** corrigir rumos. A avaliação formativa é realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem. Essa avaliação refere-se tanto à aprendizagem do aluno, quanto à avaliação de outros objetivos educacionais mais amplos tais como atitudes ou formação do caráter, programas e material didático.

Essa avaliação é chamada de formativa porque indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos, sendo da iniciativa do professor realizá-la ocasional ou periodicamente.

c) **Somativa:** selecionar, reter ou promover. Como o próprio nome já anuncia “somativa” vem de soma, algo cumulativo, que tem como função analisar os resultados acumulados pelo aluno, que deve responder o que acontecerá no final dos estudos, ou melhor, ao final do ano letivo com os alunos.

A avaliação somativa é uma decisão que leva em conta a soma de um ou mais resultados. Ela pode ser baseada numa só prova final ou considerar os vários instrumentos utilizados durante o período de estudo.

Assim, o processo de avaliação dos alunos, dar-se-á a partir das

seguintes etapas:

1° Diagnóstica: Verificar através de trabalhos de sondagem o nível de aprendizado dos alunos, observando suas reais limitações.

2° Formativa: Observadas as dificuldades do aluno no processo de construção do conhecimento em relação aos conteúdos propostos, o professor deverá oportunizar situações promovendo atividades que favoreçam a aprendizagem.

3° Somativa: Nessa fase, o professor deverá, ao final do ano letivo fazer uma somatória dos resultados obtidos pelo aluno, a fim de aprovar, promover, reter ou reprovar.

INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO NA ESCOLA

Não há como explicar e classificar os instrumentos de avaliação sem considerar seus critérios. Acreditamos que são palavras indissociáveis, pois seja qual for o instrumento, seja de avaliação ou não, haverá sempre critérios específicos para cada instrumento utilizado:

a) Instrumentos de avaliação

Os instrumentos de avaliação são recursos utilizados pelos professores para analisar, verificar, diagnosticar o domínio dos objetivos estabelecidos para o período de estudo. Os instrumentos são atividades preparadas preferencialmente pelo professor considerando tudo o que foi lido, estudado e escrito no processo de ensinar e aprender dos envolvidos, ou seja, o aluno e o professor.

Avaliar a aprendizagem tem sentido amplo. A avaliação é feita de formas diversas, com instrumentos variados, sendo o mais comum deles, em nossa cultura, a prova escrita. Por esse motivo, em lugar de apregoarmos os malefícios da prova e levantarmos a bandeira de uma avaliação sem provas, procuramos seguir o princípio: se tivermos que elaborar provas, que sejam bem-feitas, atingindo seu real objetivo, que é verificar se houve aprendizagem significativa de conteúdos relevantes (MORETO, 2008, p. 87).

O instrumento de avaliação em geral obedece a características próprias e critérios bem definidos e são muitos variados como: testes, provas, dever de casa, relatórios, observação, dinâmica de grupo, dissertação, projetos, seminário, fichamento, pré-teste, auto avaliação, portfólio, pintura e outras.

b) Critérios da avaliação

Os critérios de avaliação são os indicadores que determinam o modo como se realizará a verificação das atividades avaliativas do processo de educação. O critério de avaliação é o princípio que irá permitir ao professor realizar o discernimento ou modo de apreciação das atividades realizadas pelos alunos que utilizaram um determinado instrumento.

Os critérios podem ser qualitativos ou quantitativos. De qualidade avaliam os padrões de comportamento sócio-emocionais e são da maior importância. De quantidade avaliam os padrões expressos por quantidade (número, percentual, outros).

Os instrumentos norteadores da avaliação para obtenção do resultado final da Escola Frei Othmar, num processo contínuo, serão: atividades extraclasse, provas, conceitos - a pontuação será de 1,0 pontos máximos - (baseado nos princípios éticos contidos neste PPP), e trabalhos orais e escritos. Sendo que as provas serão realizadas em um período específico, obedecendo ao calendário de provas estabelecido pela instituição de ensino, e valerá 4,0 pts máximos.

A avaliação não se constitui nas atividades para os alunos, mas também se apresenta no contexto da Escola Frei Othmar a avaliação institucional, a qual deverá ser aplicada a todos os funcionários da escola (equipe gestora, técnicos, professores, servidores de secretaria e apoio) através de questionários previamente elaborados e aprovados por todas as categorias, a fim de melhorar o desempenho das atividades no âmbito escolar. Esses questionários deverão ser aplicados ao final do ano letivo e estarão disponíveis no site da escola, bem como serão impressos para que os funcionários que não têm acesso a internet possam respondê-lo. Os resultados dessa avaliação

deverão ser socializados em uma reunião pedagógica.

O PPP deverá ser avaliado periodicamente nas reuniões do conselho escolar, e nas reuniões pedagógicas, a fim de verificar se os objetivos e metas nele propostos estão sendo cumpridos.

7. PROPOSTA CURRICULAR

De modo geral se entende por currículo algo relacionado a nós mesmos, ao que somos e ao que nos tornamos; também englobam questões de poder, relações de classes sociais, raciais, étnicos e de gênero. Neste sentido, o currículo está relacionado com a construção da identidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

De acordo com Silva (1995), a discussão sobre currículo aparece em 1920 nos EUA. De lá pra cá, várias teorias surgiram em torno da temática, classificando estas teorias em tradicionais, críticas e pós-críticas.

A questão principal das teorias tradicionais era baseada nos conteúdos, objetivos e ensino, visando sempre à eficiência nos resultados e a manutenção da ordem social. A partir de 1960, com o advento dos movimentos sociais, vários pensadores de cunho marxista começaram a criticar as teorias tradicionais, dentre eles, Althusser, Bourdieu e Passeron. As teorias críticas se preocupavam em desenvolver conceitos que permitissem compreender o que o currículo faz. Assim, a maioria dos autores das teorias críticas concebe a escola como um espaço da reprodução da sociedade capitalista. A partir da década de 70 do Século passado, surgem pensadores que procurarão “reconceitualizar” o currículo escolar. Esses estudiosos pensavam que o currículo não poderia ser entendido apenas de forma burocrática e mecânica e sim com significados ligados às experiências pedagógicas e curriculares de cada indivíduo, ou seja, as experiências cotidianas, pois assim estudantes e docentes desenvolviam seus próprios significados sobre o conhecimento. As teorias pós-críticas vão destacar o “multiculturalismo”. O multiculturalismo mostra que nenhuma cultura é superior a outra, aborda questões de gênero,

raça e sexualidade. Além de evidenciar a pedagogia como cultura e a cultura como pedagogia.

Nas escolas, há três perspectivas relacionadas ao conceito de currículo: o currículo formal, compreendido como o presente nos planos e nas propostas pedagógicas; o currículo em ação, proposta curricular efetivada em sala de aula e nas escolas; e o currículo oculto, representado por sentimentos, ações, formas de relacionamento e poder existentes no espaço escolar e que não aparece de forma escrita e dita nos projetos político-pedagógicos.

O currículo formal da Escola Frei Othmar é compreendido através dos planejamentos pedagógicos dos professores, técnicos e gestores e dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais – que servem de base ao ensino de todas as escolas brasileiras.

O currículo em ação se caracteriza pela efetivação da proposta curricular formal da escola, que deve acontecer no dia a dia dos trabalhos de professores, técnicos e gestores.

BASE COMUM CURRICULAR

O que a Secretaria de Educação – SEDUC – determina (Em anexo)

BASE DIVERSIFICADA

Definida pela escola dentre as disciplinas recomendadas pela SEDUC.

- Língua Portuguesa II e Matemática II.

TEMAS TRANSVERSAIS ENVOLVIDOS NA PROPOSTA CURRICULAR DA ESCOLA FREI OTHMAR:

Educação Sexual;

Relações de Gênero;

Educação Ambiental;

Educação afro-indígena;

Educação Política;

Educação social / diversidade / desigualdades / responsabilidades;

Educação fiscal;

Educação tecno-informática.

A importância da Competitividade saudável.

PROJETOS SENDO DESENVOLVIDOS NA ESCOLA (Em anexo):

- Mais Educação;
- PROEMI – Jovem de Futuro;
- Escola Limpa;
- Escola na Web;
- Sala de Leitura;
- PROASE – Programa de Avaliação Semestral.

ENTIDADES QUE COMPÕE A ESCOLA:

- Conselho Escolar;
- Grêmio Estudantil.

E em consonância com a missão e visão da escola, almeja-se que o aluno da escola Frei Othmar deverá vir a ser um sujeito que vivencie os princípios éticos, políticos e estéticos, expressos neste PPP e conseqüentemente seja cidadão comprometido com sua vida e com o processo social. Portanto, estas propostas se efetivarão através da vivencia de um currículo vivo o qual transponha as realidades sociais ao conteúdo desenvolvido em sala de aula.

8. PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Por perceber a existência de um conhecimento dinâmico, propõem-se a necessidade em existir também um momento de aprender e a formação continuada, pois hoje isto é fundamental para o sucesso profissional e conseqüentemente da instituição escolar.

A formação continuada é para todos os segmentos da escola, e realizar-se-á semestralmente com diversas atividades tais como:

Oficinas de LIBRAS/BRAILLER;

Critérios de Avaliação da Aprendizagem;

Metodologias Diversificadas (dinâmicas de apresentação de conteúdo: debates, oficinas, vídeos, etc.);

Inclusão das TIC'S (Tecnologia da Informação e Comunicação)

Relacionamento Interpessoal;

Treinamento Profissional para cada categoria;

Atendimento ao público.

9. PROPOSTA DE AÇÕES COM A COMUNIDADE

Criar projetos sociais que envolvam a comunidade em geral levando em consideração as necessidades de ambos com os temas:

- **“Amigo da Escola”;**
- **“Arte e Cultura na Escola”**
- **“Inclusão Digital”**
- **“Relações Interpessoais”**

Garantir a aplicabilidade dos projetos verificando espaço, tempo, período, investimentos e avaliação;

Promover encontros dinâmicos semestralmente (metas a serem inseridas nos projetos) para melhorar a interação escola e família;

10. CRONOGRAMA E OU PLANO DE AÇÃO

Elaborado anualmente nos planejamentos administrativos e pedagógicos de todos os envolvidos com a Escola Frei Othmar. (Em anexo, o planejamento de 2012).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 12 de janeiro de 2012.

EVANGELISTA, Izabel A. S. Avaliação de desempenho nas organizações. In: COLARES, Maria Lília Imbiriba. (Org.). **Colóquios temáticos em educação: a avaliação em seus múltiplos aspectos.** Campinas, SP: Alínea, 2006.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como pratica educativa.** São Paulo: Loyola, 2000.

GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político: pedagógico.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LIBÂNEO, Jose C. **Democratização da escola pública: Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos:** 18 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LIBÂNEO, Jose C. **Organização e gestão de escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2001.

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?** Módulo III. Brasília: CONSED – Conselho nacional de Secretaria e Educação, 2001.

MELLO, Guiomar Namó. **Educação escolar brasileira: o que trouxemos do Século XX?** Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

MORALES, Pedro SJ. **Avaliação escolar: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 2003.

MORETO, Vasco Pedro. **Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MORETO, Vasco Pedro. **Prova:** um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhos com projetos:** planejamento e gestão de projetos educacionais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **Projetos pedagógicos:** práticas interdisciplinares: uma abordagem para os temas transversais. São Paulo: Avercamp, 2005.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político pedagógico da escola. 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003. (Guia da escola cidadã; v. 7).

PARÁ. Secretaria Estadual de Educação. **Projeto pedagógico da escola:** orientações para sua elaboração. 2. ed. Belém, Pará, 1998. (Série Planos e Projetos Educacionais – nº 5).

SANT'ANA, Ilza Martins. **Por que avaliar? como avaliar?** critérios e instrumentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Tomás Tadeu. **Identidades terminais:** as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1995.

ULBRA. **Didática: organização do trabalho pedagógico.** Curitiba: Ibpex, 2007.

ULBRA. **Direito aplicado à educação.** Curitiba: Ibpex, 2008.

ANEXOS E APÊNDICES

- Cronograma do ano letivo de 2012
- Plano de Ação do Gestor
- Plano de Ação da Equipe Técnica
- Conteúdo Programático
- Quadro Funcional
- Mapa Estatístico
- Mais Educação
- Escola na Web
- Escola Limpa
- Sala de Leitura
- PROASE – Programa de Avaliação Semestral
- PROEMI – Jovem de Futuro
- Regimento Interno do Conselho Escolar
- Regimento Interno Disciplinar
- Estatuto do Grêmio Estudantil